

## **RIBEIRO, João Gomes**

\* gov. RN 1890.

*João Gomes Ribeiro Júnior* nasceu no Engenho Jesus, Maria, José, em Laranjeiras (SE), no dia 29 de fevereiro de 1840, filho de João Gomes Ribeiro e de Maria Miquelina Ribeiro. Seu pai foi deputado provincial em Alagoas em 1850-1851.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1862. No ano seguinte foi nomeado promotor público da comarca de Lagarto (SE) e em 1864 passou a curador geral dos órfãos, sendo removido a pedido para a comarca de Itabaiana (SE) em 1865. Em 1866 foi transferido, novamente a pedido, para Laranjeiras (SE). Foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Pão de Açúcar e Mata Grande (AL) em 1867, mas no mesmo ano pediu exoneração. Fixando-se em Maceió, foi nomeado Tesoureiro da Alfândega e, em 6 de agosto de 1868, procurador fiscal interino da Fazenda Geral. Ainda em 1868 foi nomeado juiz de direito e também lente substituto de aritmética e geometria no Liceu Alagoano, onde seria catedrático de filosofia em 1881 e 1882.

Durante esse período participou ativamente do movimento abolicionista em Alagoas, sendo nomeado procurador fiscal da Tesouraria Provincial Abolicionista em 1871. Fez parte também da Sociedade Libertadora Alagoana. Tornou-se republicano por volta de 1872, participando do Clube Republicano Radical e do Centro Republicano Federal de Alagoas. Nesse mesmo ano fundou em Maceió o primeiro jornal de apoio à causa republicana, denominado *A República*, do qual foi redator principal. Foi um dos organizadores e membros do primeiro corpo editorial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, também em 1872, foi redator do jornal *O Século*, fundado em 1877, e colaborou na *Gazeta de Alagoas* e em *O Guttenberg*, que se tornou órgão do Centro Republicano Federal de Alagoas. Quando da queda da monarquia, representou o Centro nas negociações para que o presidente da província, Pedro Moreira Ribeiro, nomeado ainda no Império e empossado no próprio dia 15 de novembro de 1889, abandonasse o governo, permitindo assim que o Centro Republicano organizasse uma junta governativa para substituí-lo.

Em 11 de outubro de 1890 foi nomeado governador do Rio Grande do Norte pelo

governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca. Menos de um mês antes, em 15 de setembro, haviam sido realizadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, vencidas no estado pela chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. O próprio Pedro Velho havia assumido o governo do estado em 19 de setembro. Ao substituí-lo em 8 de novembro, João Gomes Ribeiro aproximou-se de seus opositores e nomeou alguns para cargos públicos, entendendo que tinham sido perseguidos pelas administrações anteriores. Criticou abertamente a intolerância e o autoritarismo dos “pedrovelhistas”, por acreditar que o dinheiro público tinha sido desviado para ajudar a eleger Pedro Velho deputado constituinte. Entretanto, durante seu governo foi deflagrada uma campanha em prol da volta de Pedro Velho ao governo, apoiada por várias municipalidades e pelos jornais *O Povo* e *A República*, este último de propriedade do próprio Pedro Velho. Afinal, em 7 de dezembro de 1890 foi afastado do governo do Rio Grande do Norte por influência direta de Pedro Velho junto a Cesário Alvim, ministro do Interior. Pedro Velho fez nomear governador seu correligionário Manuel do Nascimento Castro e Silva, então chefe de Polícia.

De volta à atividade de jornalista, foi redator chefe de *O Nacional*, surgido em 1892. Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Faleceu em Maceió no dia 27 de outubro de 1897.

Casou-se com Carolina Augusta Ramalho Gomes Ribeiro, com quem teve pelo menos um filho, João Gomes (João Gomes Ribeiro Filho, nas anotações pessoais João Gomes Ribeiro Neto), que foi comandante da 1ª Região Militar em 1934-1935 e ministro da Guerra em 1935-1936, durante o governo de Getúlio Vargas.

Publicou o *Novo Regimento de Custas Judiciárias, com notas, apêndices, jurisprudência dos tribunais e opiniões de jurisconsultos*, e Discurso do orador: discorre sobre a necessidade da construção de uma nova e verdadeira história, e aponta trabalhos de caráter histórico importantes de autoria de alagoanos, na *Revista do IHGA* (1874).

*Renato Amado Peixoto*

FONTES: BARROS, F. *ABC das Alagoas* (v. 1, 2); BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; *Revista do Instituto Histórico de Alagoas* (v.25-26).